



SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
TERMO DE CONVÊNIO Nº 004/2021 – PROTOCOLO Nº 17.459.152-0
PARTÍCIPES: SEAB E O MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL



CONVÊNIO nº 004/2021, QUE CELEBRAM O ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB E O MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL.

O Estado do Paraná, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.416.957/0001-85, com sede nesta Capital, na Rua dos Funcionários, 1.559, a seguir denominado **CONCEDENTE**, neste ato representada pelo Secretário da Agricultura e do Abastecimento, **NORBERTO ANACLETO ORTIGARA**, portador do RG nº 1.185.513-0 SESP/PR e do CPF/MF sob o nº 231.562.879-20, residente e domiciliado na rua Quintino Bocaiúva, 73, CEP 80.035-090, e o **MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL**, inscrito no CNPJ nº **80.874.100/0001-86**, com sede na **Rua Cândido Merlo, 290, CEP 85.515-000**, neste ato representado pelo Chefe do Poder Executivo, **NILSON ANTÔNIO FEVERSANI**, portador do RG nº **5.022.984-0 - SESP/PR** e do CPF/MF sob nº **717.951.209-59**, residente e domiciliado na rua Lin Santo Expedito, 0 - BCE 668, CEP **85.515-000**, doravante denominado **CONVENENTE**, em consonância com o contido no protocolado sob nº **17.459.152-0**, resolvem celebrar este Convênio, conforme autorização do Exmo. Sr. Governador do Estado conferida pelo art. 2º, do Decreto Estadual nº 6.515/2012, e que será regido pelas disposições contidas na Lei Estadual nº 15.608/2007 e na Lei Federal nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Convênio a conjugação de esforços na implementação de ações para execução do **Projeto de Recuperação da Trafegabilidade de Estradas Rurais – Programa “Estradas Rurais Integradas aos Princípios e Sistemas Conservacionistas – Estradas da Integração”**, destinado a atender a recuperação dos trechos rurais adiante intitulados, visando assegurar o direito de ir e vir da população urbana e rural, como também do escoamento da produção agropecuária, mediante a transferência de recursos para aquisição de **óleo diesel**, conforme detalhamento constante do Plano de Trabalho, parte integrante e indissociável deste instrumento.

1.2.

| Nº | Trechos | Extensão (Km) |
|--------------|-------------------------------------|----------------------|
| 01 | Comunidade São Sebastião do Paraíso | 1,30 |
| 02 | Comunidade São Sebastião do Paraíso | 2,30 |
| 03 | Comunidade Santa Catarina | 2,60 |
| 04 | Comunidade Novo Mundo | 2,60 |
| Total | | 8,80 |



2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

2.1. Integram este Convênio, independente de transcrição, o Plano de Trabalho aprovado pelas autoridades competentes, os Relatórios de Vistoria Inicial (RVI) e Relatórios Técnicos de Vistoria (RTV), bem como os demais documentos constantes do Protocolado nº 17.459.152-0.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O presente Convênio terá vigência de 6 (seis) meses, com início na data da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial Estadual, podendo ser prorrogado nos termos da lei, mediante termo aditivo.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

4.1. Compete ao CONCEDENTE:

4.1.1. realizar o acompanhamento, a fiscalização, o controle, a supervisão e a avaliação do cumprimento do objeto deste convênio, por meio de análise de relatórios acerca de seu processamento, diligências e visitas *in loco*, comunicando ao **CONVENENTE** quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando prazo para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

4.1.2. Liberar os recursos financeiros em obediência ao cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto deste convênio;

4.1.3. Exigir do **CONVENENTE** a apresentação de toda documentação necessária, com prazo de validade vigente, para transferência de recursos;

4.1.4. Analisar e aprovar as prestações de contas parciais e final dos recursos aplicados a consecução do objeto deste convênio;

4.1.5. Notificar o **CONVENENTE** para que proceda à apresentação da prestação de contas dos recursos aplicados quando não houver sido apresentada no prazo legal ou quando constatada a má aplicação dos recursos públicos objeto da transferência voluntária;

4.1.6. Notificar o **CONVENENTE**, quando constatada mora na execução do objeto, e adotar as medidas administrativas e judiciais necessárias à regularização da situação;

4.1.7. Emitir Termo de Cumprimento dos Objetivos atestando o término do Convênio, o qual está condicionado ao atingimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho;

4.1.8. Alimentar e atualizar as informações no Sistema Integrado de Transferências – SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, quando da publicação do extrato deste instrumento, mormente relacionadas ao cadastro, ao Plano de Trabalho e ao registro do Servidor encarregado pela fiscalização do ajuste;

4.1.9. Publicar, no Diário Oficial do Estado, o extrato do presente instrumento até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura e dos eventuais aditivos, se houver;

4.1.10. Instaurar, em prazo não excedente a 30 (trinta) dias, Tomada de Contas Especial, nas hipóteses previstas nos arts. 233 e 234, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

4.1.11. Analisar e, se for o caso, aprovar a proposta de reformulação do Plano de Trabalho, acompanhada de justificativa, desde que não implique em alteração do



objeto e encaminhada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data fixada para o término da vigência do ajuste

4.1.12. Intervir, pelo seu órgão de controle interno, no exercício dos deveres de acompanhamento e fiscalização do objeto deste convênio, a qualquer tempo, junto aos órgãos do **CONCEDENTE**, como também do **CONVENENTE**, por intermédio da Unidade Gestora de Transferências – UGT

4.1.13. Emitir, por iniciativa de seu órgão de controle interno, relatório ao final da execução do convênio, com observância às demais atribuições impostas pelo art. 22, da Resolução nº 028/2011 do TCE/PR, com as alterações dispostas pela Resolução nº 046/2014 do TCE/PR

4.2. Compete ao CONVENENTE:

4.2.1. Cumprir rigorosamente os prazos e as metas em conformidade com o Plano de Trabalho, as exigências legais aplicáveis, além das disposições deste convênio, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste convênio;

4.2.2. Utilizar os recursos alocados pelo **CONCEDENTE** para a plena execução do objeto deste convênio, em conformidade com o estabelecido no Plano de Trabalho e com os procedimentos legais;

4.2.3. Previamente ao repasse da (s) parcela (s) prevista (s) no Plano de Trabalho, apresentar à **CONCEDENTE** prova de regularidade com a Fazenda Nacional, incluindo prova de regularidade relativa à Seguridade Social, com a Fazenda Estadual, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, bem como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Liberatória junto ao Tribunal de Contas do Estado e consulta ao CADIN, conforme estabelecido na Cláusula Oitava deste Convênio;

4.2.4. Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este convênio em caderneta de poupança específica, aberta na instituição financeira contratada pelo **CONCEDENTE**, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os com observância ao disposto no Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento de seu objeto;

4.2.5. Proceder ao depósito de contrapartida convencionada neste instrumento na conta específica vinculada a este Convênio, observando-se os prazos fixados no Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho;

4.2.6. Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros estabelecidos na Cláusula Quinta deste Convênio;

4.2.7. Efetuar as prestações de contas parciais e final ao **CONCEDENTE**, na forma estabelecida neste convênio;

4.2.8. Efetuar as prestações de contas parciais e final ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, diretamente no Sistema Integrado de Transferências - SIT, conforme Resolução nº 28/2011, alterada pela Resolução nº 46/2016 e Instrução Normativa nº 61/2011, todas da referida Corte de Contas;

4.2.9. Informar e atualizar bimestralmente os dados exigidos pelo Sistema Integrado de Transferências – SIT, conforme exigências da Resolução nº 028/2011 e Instrução Normativa nº 61/2011, ambas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR

4.2.10. Instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução e gestão financeira deste convênio, comunicando tal fato ao **CONCEDENTE**;

4.2.11. Restituir ao **CONCEDENTE** o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros na forma da legislação aplicável



SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
TERMO DE CONVÊNIO Nº 004/2021 – PROTOCOLO Nº 17.459.152-0
PARTÍCIPES: SEAB E O MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL



aos débitos junto à Fazenda Estadual:

- a) quando não for executado o objeto deste instrumento;
- b) quando não forem apresentadas as prestações de contas nos prazos estabelecidos;
- c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida.

4.2.12. Restituir ao **CONCEDENTE**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar da conclusão do objeto, denúncia, rescisão ou extinção deste convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, devidamente atualizada, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial, providenciada pela autoridade competente do **CONCEDENTE**;

4.2.13. Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos referentes à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

4.2.14. Prestar ao **CONCEDENTE**, quando solicitado, quaisquer esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos financeiros recebidos por força deste convênio;

4.2.15. Prestar ao **CONCEDENTE**, quando solicitado, quaisquer esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos financeiros recebidos por força deste convênio;

4.2.16. Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

4.2.17. Responsabilizar-se, de forma exclusiva, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto deste convênio, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do **CONCEDENTE** a inadimplência do **CONVENENTE** em relação aos referidos pagamentos;

4.2.18. Assumir a responsabilidade, de forma exclusiva, nas esferas civil, penal e administrativa pela execução do objeto deste convênio;

4.2.19. Preservar todos os documentos originais relacionados ao presente convênio em local seguro e em bom estado de conservação, mantendo-os à disposição do TCE/PR pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas;

4.2.20. Assumir a responsabilidade, de forma exclusiva, nas esferas civil, penal e administrativa pela execução do objeto deste convênio;

4.2.21. Manter, durante a execução do objeto deste convênio, todos os requisitos exigidos para sua celebração;

4.2.22. Franquear aos agentes da Administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas, livre acesso aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a este convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

4.2.23. Dar ciência aos órgãos de controle ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público do Estado do Paraná;

4.2.24. Instituir uma Unidade Gestora de Transferências (UGT) para controlar a aplicação dos recursos deste convênio, controlar a movimentação financeira dos recursos transferidos e aferir as despesas pertinentes à execução do ato de transferência;

4.2.25. Destacar a participação do Estado do Paraná – SEAB em todas as ações relacionadas à execução desse convênio, quando de caráter educativo, informativo ou de orientação social, observadas as vedações legais, em especial a Lei Federal nº 9.504/1997;

4.2.26. Obter autorização ambiental específica junto ao órgão competente para fins



- de proceder ao corte ou à remoção de árvores, quando for o caso;
- 4.2.27.** Na hipótese de utilização de cascalho, assegurar-se acerca da procedência decascalheiras que tenham a devida autorização ambiental;
- 4.2.28.** Indicar expressamente o servidor responsável pela gestão das ações referentes ao convênio; não repassar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto do presente convênio;
- 4.2.29.** Solicitar a prorrogação da vigência do convênio, mediante Termo Aditivo, com observância ao contido na Cláusula Terceira e com a apresentação das razões que justifiquem a inexecução do objeto no prazo ajustado;
- 4.2.30.** Providenciar o credenciamento junto ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços da Secretaria de Estado da Previdência, a teor do art. 4º incs. I e II do Decreto nº 9762/2013;
- 4.2.31.** Assegurar a observância da vedação imposta pelo art. 7º, do Decreto Estadual nº 2485, de 21 de agosto de 2019, na execução do objeto deste convênio.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONVÊNIO

- 5.1.** Para a execução do objeto deste Convênio o **CONCEDENTE** repassará a importância de **R\$ 29.282,31 (vinte e nove mil, duzentos e oitenta e dois reais e trinta e um centavos)**, e que serão alocados de acordo com o Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho.
- 5.2.** O montante financeiro repassado não poderá ser aumentado, salvo quando houver ampliação do objeto capaz de justificá-lo, formalizada mediante aditivo e condicionada à apresentação e prévia aprovação de detalhado Plano de Trabalho adicional à comprovação da execução das etapas anteriores.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA FONTE DE RECURSOS

- 6.1.** O valor repassado pelo **CONCEDENTE** correrá à conta da Dotação Orçamentária: **06500.6502.20.608.04.6257 - Fortalecimento da Agricultura Familiar**, Natureza de Despesa: **334041.01 - Contribuições a Municípios**, Fonte de Recursos: **100 – Ordinário Não Vinculado**, pré empenhado sob nº **21000315**, em **14/04/2021**.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIBERAÇÃO, MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

- 7.1.** Os recursos do **CONCEDENTE**, serão transferidos para a **Conta Poupança nº 510.000.324-X, agência nº 8563-4, do Banco do Brasil**, de titularidade do **CONVENENTE** e vinculada a este convênio;
- 7.2.** Os recursos serão liberados pela **CONCEDENTE** em conformidade com o Cronograma de Desembolso, item constante do Plano de Trabalho;
- 7.3.** A liberação dos recursos financeiros e os procedimentos para a realização das despesas somente poderão ter início após a aprovação do Plano de Trabalho, a assinatura deste Convênio e a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado;
- 7.4.** Os recursos transferidos em decorrência deste convênio, bem como os rendimentos de aplicações financeiras, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados pelo **CONVENENTE** em conta poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização desses recursos se verificar em prazos menos que um mês;
- 7.5.** Os rendimentos das aplicações financeiras serão aplicados no objeto do presente convênio, desde que obtida a expressa autorização do **CONCEDENTE**,



sujeitando-se às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;

7.6. Toda a movimentação de recursos, no âmbito do convênio, será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em conta bancária de sua titularidade, inclusive àquelas decorrentes de pagamentos, pelo **CONVENENTE**, a credores de despesas com previsão exclusiva no Plano de Trabalho.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA OBRIGATORIEDADE DE REGULARIDADE FISCAL

8.1. Na forma do parágrafo único do artigo 1º da Lei Estadual nº 19.206/2017, cumprirá ao **CONVENENTE**, quando da celebração do Convênio e na assinatura de aditamentos de valor, apresentar as seguintes certidões válidas:

- i. Certidão de Regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e Contribuição Previdenciária (art.136, inc. IV, da Lei Estadual nº 15.608/2007);
- ii. Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (art.136, inc. IV, da Lei Estadual nº 15.608/2007);
- iii. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS (art.136, inc. IV, da Lei Estadual nº 15.608/2007);
- iv. Certidão Negativa para Transferências Voluntárias (art.25, § 1º, IV, “a”, da Lei Complementar 101/2000);
- v. Certidão Liberatória do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (art.289, do Regimento Interno do TCE/PR e art.3º, inc. IV, da Instrução Normativa nº 61/2011 do TCE/PR);
- vi. Certidão Negativa de Débito Trabalhista (art.3º, inc. X, da Instrução Normativa 61/2011 do TCE/PR);

8.2. À vista das determinações da Lei Estadual 18.466/2015 e do Decreto nº 1933/2015, o **CONVENENTE** não poderá apresentar restrição cadastral junto ao Cadastro de Informativo Estadual – CADIN por ocasião da celebração do Convênio e de aditamento de valor;

8.3. A preceder a celebração do Convênio, o **CONVENENTE** deverá cadastrar-se junto ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, a teor do artigo 4º, incisos I e II do Decreto Estadual nº 9762/2013

9. CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

9.1. O objeto deste convênio será executado fielmente pelo **CONCEDENTE** e pelo **CONVENENTE**, de acordo com as cláusulas convencionadas e as normas de regência, respondendo cada um dos partícipes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.1.1. É expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e de responsabilidade do agente, para:

9.1.1.1. Pagamento de taxa de administração ou outras formas de remuneração ao **CONVENENTE**;

9.1.1.2. Transpasse, cessão ou transferência a terceiros da execução do objeto do convênio;

9.1.1.3. Pagamento, a qualquer título, de servidor ou empregado público, salvo nas hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

9.1.1.4. Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;

9.1.1.5. Pagamento de despesas realizadas em data anterior ou posterior à sua vigência;



9.1.1.6. Pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimento fora dos prazos;

9.1.1.7. Pagamento de despesas de publicidade;

9.1.1.8. Pagamento de contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas;

9.1.1.9. Pagamento de profissionais não vinculados à execução do objeto do convênio;

9.1.1.10. Transferência de recursos para associações de servidores ou a quaisquer entidades de benefício mútuo, destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

9.1.1.11. Transferir recursos a quaisquer órgãos ou entidades que não figurem como partícipes deste instrumento ou a conta que não esteja vinculada ao convênio.

9.2. Para a realização de cada pagamento, o **CONVENENTE** deverá apresentar ao gestor do convênio relatório contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) A destinação do recurso;

b) O nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;

c) O contrato a que se refere o pagamento realizado;

d) A meta, a etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento;

e) As faturas, os recibos, as notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de ~~despesa~~ ~~despesa~~;

f) A comprovação do recebimento definitivo do objeto do convênio, quando for o caso.

9.3. As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do **CONVENENTE**, devidamente identificados como número deste convênio;

9.4. Constatadas impropriedades e/ou irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica, obriga-se o **CONCEDENTE** a notificar, de imediato, o **CONVENENTE** e a suspender a liberação de eventuais recursos pendentes, fixando prazo para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO

10.1. A fiscalização e a supervisão do ajuste serão instrumentalizadas mediante os seguintes documentos:

a) **Relatório de Vistoria Inicial** (especificar no caso concreto, se for o caso);

b) **Plano de Trabalho** vinculado ao Convênio;

c) **Termo de Acompanhamento e Fiscalização**, emitido na ocasião da averiguação *in loco* da autoridade competente, consistente de relatório pormenorizado no qual serão anotados as ocorrências e os resultados de qualquer verificação sobre as atividades desenvolvidas, como também as condições em que se encontra a execução do objeto. O referido Termo será expedido **no mínimo** uma vez a cada dois meses ou sempre que houver intervenção do servidor fiscal competente, consoante avaliação técnica ou determinação de autoridade superior;

d) **Certificado de Compatibilidade Físico-Financeira**, emitido na hipótese de não ter sido concluído o objeto, especificando a proporção de execução e de inexecução do objeto;

e) **Certificado de Cumprimento dos Objetivos**, pelo qual o **CONCEDENTE** certificará motivadamente o cumprimento do objeto da parceria nos termos ajustados, caso constatada a efetivação, de modo estável, rotineiro, com identificados resultados percebidos e verificáveis do atingimento do interesse público;



f) **Relatório Circunstanciado** sobre a execução do objeto da transferência, contendo, **no mínimo**, o seguinte:

i. Histórico de acompanhamento da execução do termo de transferência, apontando eventuais suspensões de repasse, a motivação das suspensões e as medidas saneadoras adotadas;

ii. Manifestação conclusiva do órgão **CONCEDENTE** sobre a regularidade da aplicação dos recursos, considerando o cumprimento dos objetivos e das metas, a observância às normas legais e regulamentares penitentes e às cláusulas pactuadas;

iii. A qualidade do serviço prestado ou da obra executada;

iv. Na avaliação das metas e dos resultados estabelecidos pelo termo de transferência, contendo um comparativo analítico entre a situação anterior e a posterior à celebração do termo.

10.1.1. Fica designado, pelo **CONCEDENTE** como fiscal deste Convênio, o servidor **VALDEMIR ALVES ALMEIDA**, portador do RG nº **3.100.286-9** e do CPF/MF sob nº **473.332.199-68**, designado por ato publicado no Diário Oficial do Estado

10.2. Fica designado, pela **CONCEDENTE**, como **GESTOR** do convênio o **Chefe do Núcleo Regional de PATO BRANCO**, designado por ato publicado no Diário Oficial do Estado, a quem competirá as seguintes atribuições:

- a) Cuidar para que a documentação do convênio esteja em conformidade com a legislação aplicada, desde a sua proposta, até a aprovação da prestação de contas;
- b) Ensejar as ações para que a execução física e financeira do convênio ocorra conforme previsto no Plano de Trabalho;
- c) Acompanhar a execução do Convênio responsabilizando-se conjuntamente com o Servidor Fiscal pela avaliação de sua eficácia;
- d) Atuar com interlocutor do órgão responsável pela celebração do Convênio;
- e) Controlar os saldos dos empenhos do Convênio;
- f) Prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do Convênio;
- g) Controlar os prazos de prestação de contas do Convênio, bem como efetuar análises e encaminhar ao Ordenador de despesas para aprovação;
- h) Manter, com o apoio do Servidor Fiscal, o Sistema Integrado de Transferências – SIT/TCE-PR atualizado com o lançamento do Convênio;
- i) Zelar pelo cumprimento integral do convênio;
- j) Emitir “Termo de Conclusão” atestando o término do Convênio;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

11.1. O **CONVENIENTE** deverá observar, quando da contratação de terceiros vinculada à execução do objeto deste convênio, as disposições contidas nas Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, na Lei Estadual nº 15.608/2007 e demais normas pertinentes às licitações e contratos administrativos;

11.2. O **CONVENIENTE** deverá apresentar relatório ao gestor do convênio contendo, no mínimo:

- a) Cópia do edital de licitação;
- b) As atas decorrentes da licitação;
- c) As propostas decorrentes da licitação;
- d) Os contratos e eventuais termos aditivos decorrentes da licitação;



e) Declaração expressa, firmada por representante legal, de quem foram atendidas as disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório.

11.3. A celebração de contrato entre o **CONVENENTE** e terceiros não acarretará solidariedade direta ou subsidiária do **CONCEDENTE**, vínculo funcional ou empregatício com este e, tampouco, a transferência de responsabilidade pelo pagamento de encargos civis, trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais, comerciais, assistenciais e de outra natureza.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1. Este Convênio poderá ser alterado por termo aditivo, por meio de proposta do **CONVENENTE**, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao **CONCEDENTE** para análise e decisão, vedada a modificação da natureza do seu objeto;

12.2. Qualquer alteração será precedida de parecer técnico elaborado por servidor que possua habilitação para se manifestar sobre a questão;

12.3. O valor do convênio não poderá ser aumentado, salvo se ocorrer ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo de apresentação e aprovação prévia pelo **CONVENENTE** de projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas, sendo sempre formalizado por termo aditivo;

12.4. Os aditamentos serão sequencialmente numerados, admitindo-se Termos de Apostilamento na hipótese de simples alteração na indicação dos recursos orçamentários e na substituição do gestor e do fiscal do **CONVENENTE**.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS AO CONCEDENTE

13.1. As prestações de contas parciais do **CONVENENTE** ao **CONCEDENTE** deverão ser apresentadas a cada 12 (doze) meses, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do encerramento daqueles meses, por intermédio do Sistema Integrado de Transferências-SIT- TCE/PR, compondo-se, além dos documentos apresentados para liberação dos seguintes recursos:

- a) Relatório de execução físico-financeira;
- b) Relatório de execução da receita e despesa;
- c) Relatório dos pagamentos efetuados, acompanhando-se das notas e comprovantes fiscais, os quais deverão conter: data, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos efetuados, valor, aposição de dados do **CONVENENTE** e número do convênio;
- d) Relação dos bens adquiridos com recursos dos convênios;
- e) Cópia do extrato da conta bancária específica;
- f) Parecer jurídico quando do lançamento do edital de licitação;
- g) Publicação do aviso de licitação, se ocorreu o procedimento;
- h) Cópia da Ata de julgamento da licitação;
- i) Parecer jurídico da homologação do certame;
- j) Cópia do despacho adjudicatório e homologatório de licitações realizadas ou justificativas para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, quando se tratar de contratação direta admitida por lei;

13.2. Quando não houver a **prestação de contas parcial**, que comprove a boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, serão retidas as parcelas seguintes até o saneamento da impropriedade;

13.3. A **prestação de contas final** dos recursos financeiros transferidos e dos rendimentos das aplicações deverá ser apresentada no prazo máximo de 30 (trinta)



dias, contados do término do bimestre de sua vigência, compondo-se, além dos documentos apresentados para liberação dos recursos:

- a) Relatório de cumprimento do objeto;
- b) Notas e comprovantes fiscais, contendo o seguinte: data de documentos, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos efetuados, valor, aposição de dados do CONVENIENTE e número do convênio;
- c) Comprovação de que prestou contas parciais e final ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, diretamente no Sistema Integrado de Transferências, conforme Resolução nº 28/2011, alterada pela Resolução nº 46/2014 e Instrução Normativa nº 61/2011, todas do referido órgão de controle;
- d) Comprovante da devolução do saldo de recursos, quando houver.

13.4. Quando as prestações de contas não forem encaminhadas nos prazos estabelecidos neste convênio, o **CONVENIENTE** terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para a devolução dos recursos, incluídos os rendimentos de aplicação, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma de lei;

13.5. Se, ao término dos prazos estabelecidos, o **CONVENIENTE** não prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou ao **CONCEDENTE**, este comunicará o fato ao órgão competente, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária;

13.6. O Gestor deste Convênio emitirá parecer técnico de análise das prestações de contas apresentadas ao **CONCEDENTE**;

13.7. A **CONCEDENTE** terá o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento, para analisar as prestações de contas, com fundamento nos pareceres técnicos expedidos pelas áreas administrativas competentes;

13.8. No âmbito da Administração Pública, a autoridade competente para aprovar ou desaprovar as contas do **CONVENIENTE** será a autoridade competente para assinar este instrumento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS AO TRIBUNAL DE CONTAS

14.1. A prestação de contas ao **CONCEDENTE**, tratada na Cláusula precedente, não prejudica o dever do **CONVENIENTE** de prestar contas aos órgãos de controle externo, em especial ao Tribunal de Contas do Estado, conforme Resolução nº 28/2011, alterada pela Resolução nº 46/2014, e Instrução Normativa nº 61/2011, todas do referido órgão de controle.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO DEVER DE GUARDA DA DOCUMENTAÇÃO

15.1. Os comprovantes originais das despesas serão mantidos em arquivo, em boa ordem, com observância do consignado no parágrafo único do art. 20, da Instrução Normativa nº 61/2011 do TCE/PR, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de Controle Externo e Interno, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação de contas;

15.2. O dever de guarda e conservação de que trata o *caput* não exime o **CONVENIENTE** do dever de inserir regularmente no Sistema Integrado de Transferências–SIT do TCE/PR, as informações e documentos relacionados ao presente Convênio, como também aqueles exigidos pela Resolução nº 28/2011 – TCE/PR.



16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

16.1. Este ajuste poderá ser:

16.1.1. Denunciado, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente do convênio;

16.1.2. Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) Inadimplemento de quaisquer das cláusulas convencionadas;
- c) Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;
- d) Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

16.2. A rescisão do convênio dá ensejo a instauração de Tomada de Contas Especial, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano e, inclusive, a devolução dos recursos incluídos os rendimentos de aplicação, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

17.1. A eficácia deste Convênio ou de seus aditamentos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pelo **CONCEDENTE**, na forma do art. 110 da Lei Estadual nº 15.608/2007;

17.2. O **CONCEDENTE** notificará, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da publicação, a celebração deste Convênio ao Presidente da Câmara Municipal do **CONVENENTE**, competindo a este notificar aos demais membros da Casa Legislativa, facultada a comunicação por meio eletrônico;

17.3. O **CONCEDENTE** e o **CONVENENTE** deverão disponibilizar, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste Convênio, contendo, ao menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento na aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, ou inserir “link” em sua página eletrônica oficial que possibilite acesso direto ao portal de convênios.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Os partícipes elegem o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir as controvérsias decorrentes da execução deste convênio, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam, sendo obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa.



SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
TERMO DE CONVÊNIO Nº 004/2021 – PROTOCOLO Nº 17.459.152-0
PARTÍCIPES: SEAB E O MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL



E, por assim estarem devidamente justos e acordados, os partícipes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, 23 de abril de 2021.

ASSINATURA DIGITAL

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado

ASSINATURA DIGITAL

Nilson Antônio Feversani
Prefeito de Bom Sucesso do Sul

Testemunhas:

ASSINATURA DIGITAL

Leunira Vigano Tesser

ASSINATURA DIGITAL

Fernanda De Oliveira Dambros

/fts



ePROTOCOLO



Documento: **0042021BomSucessodoSul17.459.1520.pdf**.

Assinado digitalmente por: **Norberto Anacleto Ortigara** em 23/04/2021 09:03, **Nilson Antonio Feversani** em 23/04/2021 09:55.

Assinado por: **Fernanda de Oliveira Dambros** em 23/04/2021 10:20, **Leunira Vigano Tesser** em 23/04/2021 13:42.

Inserido ao protocolo **17.459.152-0** por: **Fernanda Tomass e Souza** em: 23/04/2021 08:54.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
7c5fccb2c27e11aeed833171a9ab757f.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 160/2020
CONTRATADA: VITAL LIFE CLÍNICA DE ASSISTÊNCIA EM ENFERMAGEM E FISIOTERAPIA LTDA

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços assistenciais em saúde especializados para atender a demanda Hospital Regional do Sudoeste – HRS - **PROTOCOLO:** 17.471.780-0
VIGÊNCIA: 12 meses - **VALOR:** R\$ 699.867,26

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 161/2020
CONTRATADA: BRUNA AZZOLINI - FISIOTERAPIA

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços assistenciais em saúde especializados para atender a demanda Hospital Regional do Sudoeste – HRS - **PROTOCOLO:** 17.463.540-4
VIGÊNCIA: 12 meses - **VALOR:** R\$ 86.967,84

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 163/2020
CONTRATADA: GNOATTO ODONTOLOGIA E FISIOTERAPIA LTDA

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços assistenciais em saúde especializados para atender a demanda Hospital Regional do Sudoeste – HRS - **PROTOCOLO:** 17.471.599-8
VIGÊNCIA: 12 meses - **VALOR:** R\$ 86.967,84

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 166/2020
CONTRATADA: ADRIANA OLIVEIRA DE SOUZA RADIOLOGIA

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços assistenciais em saúde especializados para atender a demanda Hospital Regional do Sudoeste – HRS - **PROTOCOLO:** 17.465.073-0
VIGÊNCIA: 12 meses - **VALOR:** R\$ 185.037,12

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 167/2020
CONTRATADA: ATOMO SERVIÇOS RADIOLÓGICOS LTDA

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços assistenciais em saúde especializados para atender a demanda Hospital Regional do Sudoeste – HRS - **PROTOCOLO:** 17.463.878-0
VIGÊNCIA: 12 meses - **VALOR:** R\$ 92.518,56

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 168/2020
CONTRATADA: RADIBEL SERVIÇOS DE RADIOLOGIA LTDA

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços assistenciais em saúde especializados para atender a demanda Hospital Regional do Sudoeste – HRS - **PROTOCOLO:** 17.471.469-0
VIGÊNCIA: 12 meses - **VALOR:** R\$ 92.518,56

ADESÃO À ATA DE SRP/PREGÃO ELETRÔNICO Nº 784/2019

CONTRATADA: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA
OBJETO: Aquisição de estação de trabalho desktop sem sistema operacional, memória ram 8gb, armazenamento ssd 256gb, através de Adesão à Ata de Registro de Preços SEAP/DECON Nº 784/2019, para atender a demanda da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná – FUNEAS.
VIGÊNCIA: 120 DIAS - **VALOR:** R\$ 70.000,00 - **PROTOCOLO:** 17.527.268-2.

FUNEAS – EXTRATO DE CONTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 147/2020
CONTRATADA: G.O. LAUDOS E DIAGNÓSTICOS MÉDICOS LTDA

OBJETO: Credenciamento de serviços assistenciais em saúde especializados para atender a demanda do Hospital Regional Norte Pioneiro – HRNP
VIGÊNCIA: 12 meses
VALOR: R\$ 750.217,56 – **PROTOCOLO:** 17.443.654-1

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 136/2020
CONTRATADA: PRO ANEST - CLÍNICA DE ANESTESIOLOGIA LTDA
PROTOCOLO: 17.396.993-7

OBJETO: O credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços médicos especializados para atender a demanda Hospital Regional do Sudoeste – HRS
VIGÊNCIA: 12 meses - **VALOR:** R\$ 487.442,88

CONTRATO Nº 187/2021

CONTRATADA: LUIZ CHICOUSKI DOS SANTOS - EPP
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GASES MEDICINAIS para atender a demanda do Hospital Regional do Sudoeste – HRS. **VALOR:** R\$ 130.932,48 - **VIGÊNCIA:** 29/4/2021 a 29/10/2021 - **PROTOCOLO:** 17.386.167-2.

Marcello Augusto Machado **Valmir Alberto Thomé**
Diretor Presidente Diretor Administrativo

FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ
FUNEAS - AVISOS DE LICITAÇÃO

Publicação em obediência ao disposto no art. 31, parágrafo 3º da Lei Estadual de Licitações 15.608/07.

RETIRADA DO EDITAIS: www.bll.org.br ou bllcompras.com e/ou presencialmente na COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ABERTURA: www.bll.org.br ou bllcompras.com - **Telefone:** (41) 3350-7427

PREGÃO ELETRÔNICO 057/2021 - PROTOCOLO: 17.376.665-3
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA COMPRESSOR SCHULZ CSL 20BR, para atender a demanda do Hospital Infantil Waldemar Monastier (HIWM),
PREÇO MÁXIMO: R\$ 15.627,95
AUTORIZAÇÃO: Diretor Presidente FUNEAS em 26/04/2021
RETIRADA DO EDITAL: a partir das 8:30 do dia 27/04/2021

ABERTURA - DISPUTA: 14/05/2021 às 09:00 horas - www.bll.org.br ou bllcompras.com

PREGÃO ELETRÔNICO 056/2021 - PROTOCOLO: 17.029.793-8
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO DE LAUDOS À DISTÂNCIA (TELERRADIOLOGIA) DE EXAMES DE IMAGENS DE RAO X ETOMOGRÁFIA COMPUTADORIZADA, PARA ATENDERAS UNIDADES: HRS – HOSPITAL REGIONAL DO SUDOESTE WALTER ALBERTOPECOITS, HRL – HOSPITAL REGIONAL DO LITORAL, HIWM – HOSPITAL INFANTIL WALDEMAR MONASTIER E HRNP – HOSPITAL REGIONAL DONORTE PIONEIRO

PREÇO MÁXIMO: R\$ 1.122.864,00
AUTORIZAÇÃO: Diretor Presidente FUNEAS em 26/04/2021
RETIRADA DO EDITAL: a partir das 8:30 do dia 27/04/2021
ABERTURA - DISPUTA: 13/05/2021 às 09:00 horas - www.bll.org.br ou bllcompras.com

Cristiane Bariatto Andrade Fontes Lobo
Pregoeira

CONTRATANTE: Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná
FUNEAS - EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO

ADESÃO À ATA DE SRP/PREGÃO ELETRÔNICO Nº 726/2020
CONTRATADA: NSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI

OBJETO: Aquisição MEDICAMENTO ENOXAPARINA através de Adesão à Ata de Registro de Preços DECON PE 726/2020, para atender a demanda da Hospital Regional do Litoral – HRL, Hospital Infantil Waldemar Monastier – HIWM, Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecoits – HRSWAP e Hospital Regional de Guaqueçaba (HRG).
VALOR: R\$ 50.425,20 - **PROTOCOLO:** 17.513.559-6

Marcello Augusto Machado **Valmir Alberto Thomé**
Diretor Presidente Diretor Administrativo

FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ
FUNEAS - RESULTADO DE LICITAÇÃO – EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação comunica a homologação do: **PREGÃO ELETRÔNICO 030/2021 - PROTOCOLO:** 17.371.585-4
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÓXIDO NITROSO, para atender a demanda do HOSPITAL INFANTIL WALDEMAR MONASTIER (HIWM)
Que encerrada a disputa, sagrou-se vencedora a seguinte empresa :
Empresa: RHOMA PRODUTOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI EPP
Lote: 01
Valor Total: R\$ 45.360,00 (quarenta e cinco mil trezentos e sessenta reais)

Marcello Augusto Machado - Diretor Presidente - FUNEAS

82470/2021

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 279/2017

Protocolo: 17.346.933-0, de 11 de fevereiro de 2021.

PARTE: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB e empresa Telefônica Brasil S/A.

OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato 279/2017, pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de 24/04/2021 a 23/04/2022.

VALOR: Mensal estimado de R\$ 4.264,59 (quatro mil, duzentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos).

DOTAÇÃO: 6502.20122426.253, Despesa 339039.58, Fonte 100.

Curitiba, 26/04/2021, Richardson de Souza – Diretor-Geral

82092/2021

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB

EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO

OBJETO: Recuperação da Trafegabilidade de Estradas Rurais.

FUNDAMENTO LEGAL: Decreto Estadual nº 6515/2012 e Lei Estadual nº 15.608/2007.

ASSINATURAS DIGITAIS: Norberto Anacleto Ortigara - Secretário de Estado e Prefeitos.

| | |
|--------------------------------------|---|
| INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA: | TERMO DE CONVÊNIO 004/2021 |
| CONCEDENTE: | MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL |
| PROTOCOLO: | 17.459.152-0 |
| DATA DE ASSINATURA: | 23/04/2021 |
| PRAZO DE VIGÊNCIA: | 06 MESES |
| FISCAL PELA SEAB: | VALDEMIR ALVES ALMEIDA |
| GESTOR PELA SEAB: | CHEFE DO NÚCLEO REGIONAL DE PATO BRANCO |
| DO VALOR: | CONCEDENTE: R\$ 29.282,31 |
| RECURSOS SEAB: | PRÉ-EMPENHO Nº 21000315 EM 14/04/2021. |

| | |
|--------------------------------------|--|
| INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA: | TERMO DE CONVÊNIO 005/2021 |
| CONCEDENTE: | MUNICÍPIO DE JUSSARA |
| PROTOCOLO: | 17.445.764-6 |
| DATA DE ASSINATURA: | 23/04/2021 |
| PRAZO DE VIGÊNCIA: | 24 MESES |
| FISCAL PELA SEAB: | MILER ROBERTO SIQUEIRA MARTINS |
| GESTOR PELA SEAB: | CHEFE DO NÚCLEO REGIONAL DE CIANORTE |
| DO VALOR: | CONCEDENTE: R\$ 49.959,44 |
| RECURSOS SEAB: | PRÉ-EMPENHO Nº 21000324 EM 15/04/2021. |

| | |
|--------------------------------------|---|
| INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA: | TERMO DE CONVÊNIO 006/2021 |
| CONCEDENTE: | MUNICÍPIO DE TAPEJARA |
| PROTOCOLO: | 17.489.979-7 |
| DATA DE ASSINATURA: | 23/04/2021 |
| PRAZO DE VIGÊNCIA: | 24 MESES |
| FISCAL PELA SEAB: | MILER ROBERTO SIQUEIRA MARTINS |
| GESTOR PELA SEAB: | CHEFE DO NÚCLEO REGIONAL DE CIANORTE |
| DO VALOR: | CONCEDENTE: R\$ 21.353,56 CONVENENTE: R\$ 1.123,88 |
| RECURSOS SEAB: | PRÉ-EMPENHO Nº 21000331 EM 15/04/2021. |

| | |
|--------------------------------------|---|
| INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA: | TERMO DE CONVÊNIO 007/2021 |
| CONCEDENTE: | MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA |
| PROTOCOLO: | 17.428.738-4 |
| DATA DE ASSINATURA: | 23/04/2021 |
| PRAZO DE VIGÊNCIA: | 12 MESES |
| FISCAL PELA SEAB: | VALDEMIR ALVES ALMEIDA |
| GESTOR PELA SEAB: | CHEFE DO NÚCLEO REGIONAL DE PATO BRANCO |
| DO VALOR: | CONCEDENTE: R\$ 70.000,00 |
| RECURSOS SEAB: | PRÉ-EMPENHO Nº 21000345 EM 19/04/2021. |

| | |
|--------------------------------------|---|
| INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA: | TERMO DE CONVÊNIO 008/2021 |
| CONCEDENTE: | MUNICÍPIO DE RENASCENÇA |
| PROTOCOLO: | 17.509.534-9 |
| DATA DE ASSINATURA: | 23/04/2021 |
| PRAZO DE VIGÊNCIA: | 12 MESES |
| FISCAL PELA SEAB: | GILBERTO CÉSAR WUST DA SILVA |
| GESTOR PELA SEAB: | CHEFE DO NÚCLEO REGIONAL DE FRANCISCO BELTRÃO |
| DO VALOR: | CONCEDENTE: R\$ 40.000,00 |
| RECURSOS SEAB: | PRÉ-EMPENHO Nº 21000336 EM 16/04/2021 |

| | |
|--------------------------------------|---|
| INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA: | TERMO DE CONVÊNIO 009/2021 |
| CONCEDENTE: | MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA |
| PROTOCOLO: | 17.453.641-4 |
| DATA DE ASSINATURA: | 23/04/2021 |
| PRAZO DE VIGÊNCIA: | 18 MESES |
| FISCAL PELA SEAB: | VALDEMIR ALVES ALMEIDA |
| GESTOR PELA SEAB: | CHEFE DO NÚCLEO REGIONAL DE PATO BRANCO |
| DO VALOR: | CONCEDENTE: R\$ 70.000,00 CONVENENTE: R\$ 7.000,00 |
| RECURSOS SEAB: | PRÉ-EMPENHO Nº 21000323 EM 15/04/2021 |

| | |
|--------------------------------------|---|
| INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA: | TERMO DE CONVÊNIO 010/2021 |
| CONCEDENTE: | MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE |
| PROTOCOLO: | 17.484.562-0 |
| DATA DE ASSINATURA: | 23/04/2021 |
| PRAZO DE VIGÊNCIA: | 12 MESES |
| FISCAL PELA SEAB: | VALDEMIR ALVES ALMEIDA |
| GESTOR PELA SEAB: | CHEFE DO NÚCLEO REGIONAL DE DOIS VIZINHOS |
| DO VALOR: | CONCEDENTE: R\$ 39.999,90 CONVENENTE: R\$ 117,60 |
| RECURSOS SEAB: | PRÉ-EMPENHO Nº 21000327 EM 15/04/2021 |

| | |
|--------------------------------------|----------------------------|
| INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA: | TERMO DE CONVÊNIO 011/2021 |
| CONCEDENTE: | MUNICÍPIO DE JAPURÁ |
| PROTOCOLO: | 17.350.607-4 |
| DATA DE ASSINATURA: | 23/04/2021 |
| PRAZO DE VIGÊNCIA: | 12 MESES |

| | |
|--------------------------|---|
| FISCAL PELA SEAB: | LUIZ FERNANDO PRICINOTTO |
| GESTOR PELA SEAB: | CHEFE DO NÚCLEO REGIONAL DE CIANORTE |
| DO VALOR: | CONCEDENTE: R\$ 40.000,00 CONVENENTE: R\$ 2.860,20 |
| RECURSOS SEAB: | PRÉ-EMPENHO Nº 21000337 EM 16/04/2021 |

| | |
|--------------------------------------|---|
| INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA: | TERMO DE CONVÊNIO 012/2021 |
| CONCEDENTE: | MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES |
| PROTOCOLO: | 17.442.514-0 |
| DATA DE ASSINATURA: | 23/04/2021 |
| PRAZO DE VIGÊNCIA: | 12 MESES |
| FISCAL PELA SEAB: | VALDEMIR ALVES ALMEIDA |
| GESTOR PELA SEAB: | CHEFE DO NÚCLEO REGIONAL DE PATO BRANCO |
| DO VALOR: | CONCEDENTE: R\$ 70.000,00 CONVENENTE: R\$ 7.342,40 |
| RECURSOS SEAB: | PRÉ-EMPENHO Nº 21000319 EM 15/04/2021 |

| | |
|--------------------------------------|---|
| INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA: | TERMO DE CONVÊNIO 013/2021 |
| CONCEDENTE: | MUNICÍPIO DE VERÊ |
| PROTOCOLO: | 17.462.027-0 |
| DATA DE ASSINATURA: | 23/04/2021 |
| PRAZO DE VIGÊNCIA: | 12 MESES |
| FISCAL PELA SEAB: | GILBERTO CÉSAR WUST DA SILVA |
| GESTOR PELA SEAB: | CHEFE DO NÚCLEO REGIONAL DE FRANCISCO BELTRÃO |
| DO VALOR: | CONCEDENTE: R\$ 40.000,00 |
| RECURSOS SEAB: | PRÉ-EMPENHO Nº 21000314 EM 14/04/2021 |

| | |
|--------------------------------------|---|
| INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA: | TERMO DE CONVÊNIO 014/2021 |
| CONCEDENTE: | MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS |
| PROTOCOLO: | 17.518.689-1 |
| DATA DE ASSINATURA: | 23/04/2021 |
| PRAZO DE VIGÊNCIA: | 12 MESES |
| FISCAL PELA SEAB: | GILBERTO CÉSAR WUST DA SILVA |
| GESTOR PELA SEAB: | CHEFE DO NÚCLEO REGIONAL DE FRANCISCO BELTRÃO |
| DO VALOR: | CONCEDENTE: R\$ 39.381,15 |
| RECURSOS SEAB: | PRÉ-EMPENHO Nº 21000344 EM 16/04/2021 |

| | |
|--------------------------------------|---------------------------------------|
| INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA: | TERMO DE CONVÊNIO 015/2021 |
| CONCEDENTE: | MUNICÍPIO DE MANOEL RIBAS |
| PROTOCOLO: | 17.368.102-0 |
| DATA DE ASSINATURA: | 23/04/2021 |
| PRAZO DE VIGÊNCIA: | 18 MESES |
| FISCAL PELA SEAB: | JOÃO RICARDO PACHULSKI |
| GESTOR PELA SEAB: | CHEFE DO NÚCLEO REGIONAL DE PITANGA |
| DO VALOR: | CONCEDENTE: R\$ 40.000,00 |
| RECURSOS SEAB: | PRÉ-EMPENHO Nº 21000311 EM 14/04/2021 |

| | |
|--------------------------------------|----------------------------|
| INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA: | TERMO DE CONVÊNIO 016/2021 |
| CONCEDENTE: | MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA |
| PROTOCOLO: | 17.456.651-8 |
| DATA DE ASSINATURA: | 23/04/2021 |
| PRAZO DE VIGÊNCIA: | 06 MESES |
| FISCAL PELA SEAB: | VALDEMIR ALVES ALMEIDA |

| | |
|--------------------------|---|
| GESTOR PELA SEAB: | CHEFE DO NÚCLEO REGIONAL DE PATO BRANCO |
| DO VALOR: | CONCEDENTE: R\$ 69.987,46 |
| RECURSOS SEAB: | PRÉ-EMPENHO Nº 21000338 EM 16/04/2021 |

| | |
|--------------------------------------|---------------------------------------|
| INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA: | TERMO DE CONVÊNIO 017/2021 |
| CONCEDENTE: | MUNICÍPIO DE CIANORTE |
| PROTOCOLO: | 17.483.248-0 |
| DATA DE ASSINATURA: | 23/04/2021 |
| PRAZO DE VIGÊNCIA: | 24 MESES |
| FISCAL PELA SEAB: | MILER ROBERTO SIQUEIRA MARTINS |
| GESTOR PELA SEAB: | CHEFE DO NÚCLEO REGIONAL DE CIANORTE |
| DO VALOR: | CONCEDENTE: R\$ 69.999,68 |
| RECURSOS SEAB: | PRÉ-EMPENHO Nº 21000318 EM 14/04/2021 |